**UNIVERSIDADE REGIONAL INTEGRADA DO ALTO URUGUAI E DAS MISSÕES
PRÓ-REITORIA DE ENSINO, PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
CAMPUS DE ERECHIM
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
CURSO DE DIREITO**

MILENE ALVES DE BASTIANI

**REFLEXÕES ACERCA DA NATUREZA JURÍDICA DO FEMINICÍDIO E SEUS
REFLEXOS NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO**

ERECHIM

2018

MILENE ALVES DE BASTIANI

**REFLEXÕES ACERCA DA NATUREZA JURÍDICA DO FEMINICÍDIO E SEUS
REFLEXOS NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO**

**Trabalho de conclusão de curso
apresentado como requisito parcial à
obtenção do grau de Direito,
Departamento de Ciências Jurídicas e
Sociais da Universidade Regional
Integrada do Alto Uruguai e das
Missões – Erechim.**

**Orientadora: Prof^a. Me. Diana Casarin
Zanatta**

ERECHIM

2018

MILENE ALVES DE BASTIANI

**REFLEXÕES ACERCA DA NATUREZA JURÍDICA DO FEMINICÍDIO E SEUS
REFLEXOS NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO**

**Trabalho de conclusão de curso
apresentado como requisito parcial à
obtenção do grau de Direito,
Departamento de Ciências Jurídicas e
Sociais da Universidade Regional
Integrada do Alto Uruguai e das
Missões – Erechim.**

Erechim, 24 de outubro de 2018.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Me. Diana Casarin Zanatta
URI - Campus de Erechim

Prof^a Me. Simone Gasperin de Albuquerque
URI - Campus de Erechim

Prof^o Esp. Adriano Luis de Araujo
URI - Campus de Erechim

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço aos meus pais, meu pai Ceser Augusto e a minha mãe Cerli por me ensinarem, através do exemplo, a perseverar em busca dos meus sonhos. Agradeço pelo zelo, apoio, preocupação e principalmente amor incondicional ao longo de toda minha vida.

À minha irmã Dayanne, por ser amiga, por me transmitir segurança e me apoiar em todas as decisões.

À minha professora e orientadora Me. Diana Casarin Zanatta, pelo conhecimento, auxílio, por todo o aprendizado, e por todo suporte no pouco tempo que lhe coube.

A todo Corpo Docente do Curso de Direito da URI - Campus de Erechim, por me proporcionar o conhecimento, não apenas racional, mas a manifestação do caráter e afetividade da educação no processo de formação profissional.

Aos meus amigos e colegas Amanda Costi, Bruna Farina, Brendha, Claudiomir, Eduardo, Gabriely e Ramiro por serem meus companheiros de estudos e trabalhos, sendo fundamentais para o término desta graduação.

Às minhas amigas Jéssica e Tainá, que transmitiram boas energias e amparo.

À minha amiga Maíra, pelo apoio na presente pesquisa.

Aos meus demais familiares que torceram e acreditaram.

Ao pessoal da 1ª Vara Criminal e JECRIM, bem como a Defensoria Pública de Erechim, pela amizade e presteza no ensino do meu contato prático com o Direito, em especial, a Defensora Pública Raquel Fellini, minha responsável, a qual com muita educação e gentileza orienta a todos os estagiários.

Por fim, agradeço a todos que de alguma forma fizeram parte da minha formação, o meu muito obrigado.

"No dia que for possível à mulher amar em sua força e não em sua fraqueza, não para fugir de si mesma, mas para de se encontrar, não para se renunciar, mas para se afirmar, nesse dia o amor tornar-se-á para ela, como para o homem, fonte de vida e não perigo mortal".

(Simone de Beauvoir)

RESUMO

O presente estudo tem a finalidade de estabelecer reflexões acerca da natureza jurídica do feminicídio, enquanto circunstância qualificadora do delito de homicídio, conforme estabelecido pela Lei n^o 13.104, em 2015, que modificou o artigo 121 do Código Penal brasileiro. Além de qualificar o homicídio contra às mulheres, a mesma lei também alterou a Lei dos Crimes Hediondos, Lei n^o 8.072, de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos. Após o advento da Lei, compreendeu-se, num primeiro momento, que a qualificadora do feminicídio seria de natureza subjetiva, porém, num segundo momento, a doutrina começou a pontuar a possibilidade do reconhecimento de que essa qualificadora seja de natureza objetiva. Tal problemática implica em consequências importantes no âmbito jurídico, tal qual o julgamento dos crimes dolosos contra a vida, perante o Tribunal do Júri. À vista disso, utilizando o método indutivo, através de pesquisa bibliográfica e documental, o presente estudo, objetiva analisar a natureza jurídica da qualificadora do feminicídio e, assim, observar os reflexos advindos de um ou de outro reconhecimento, ou seja, com quais qualificadoras poderá concorrer, para assim, punir com mais equidade delitos cometidos nesses casos. Em suma, o desenvolvimento desse estudo, justifica-se pela importância de analisar a possibilidade ou não da cumulação do feminicídio com a minorante prevista no parágrafo primeiro do artigo 121 do Código Penal.

Palavras-chave: Feminicídio. Qualificadora. Ordem Subjetiva. Ordem Objetiva. Privilégio.

ABSTRACT

The present study has the purpose of establishing reflections on the legal nature of femicide, as a qualifying circumstance of the crime of homicide, as established by Law nº 13.104, in 2015, which modified article 121 of the Brazilian Penal Code. In addition to qualifying the homicide against women, the same law also amended the Heinous Crimes Act, Law nº 8.072, of 1990, to include femicide in the role of heinous crimes. After the advent of the Law, it was first understood that the qualifier of femicide would be of a subjective nature, but, in a second moment, the doctrine began to punctuate the possibility of recognition that this qualifier is of an objective nature. Such a problem implies important consequences in the juridical field, such as the trial of intentional crimes against life, before the Jury Court. In light of this, using the inductive method, through bibliographical and documentary research, the present study aims to analyze the legal nature of the qualifier of femicide and thus to observe the reflexes arising from one or another recognition, that is, with which qualifiers can compete, to thus punish with more equity the crimes committed in these cases. In short, the development of this study is justified by the importance of analyzing the possibility or not of the cumulation of femicide with the minorant provided for in the first paragraph of article 121 of the Penal Code.

Keywords: Femicide. Qualifier. Subjective Order. Objective Order. Privilege.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2 RETROSPECTO HISTÓRICO E TRATAMENTO LEGISLATIVO CONFERIDO À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER	10
2.1 Violência contra a mulher e a Lei Maria da Pena.....	12
2.2 Femicídio x feminicídio.....	15
2.3 Integração do crime de feminicídio no ordenamento jurídico brasileiro	17
3 O FEMINICÍDIO E SUAS DISPOSIÇÕES LEGAIS	20
3.1 A tipificação da qualificadora do feminicídio	20
3.2 A hediondez da conduta	28
4 A NATUREZA JURÍDICA DA QUALIFICADORA DO FEMINICÍDIO E SEUS REFLEXOS JURÍDICO PENAI.....	31
4.1 Natureza jurídica do feminicídio	31
4.2 Concurso entre a qualificadora do feminicídio e demais qualificadoras	35
4.3 Femicídio e circunstância privilegiadora	38
5 CONCLUSÃO	41
REFERÊNCIAS.....	43

1 INTRODUÇÃO

Sabe-se, através dos meios de comunicação, as diversas notícias veiculadas relativas à violência de gênero. Nota-se que essa violência deriva do passado, onde a mulher era submetida aos anseios masculinos e submissa às suas vontades. Em razão disso, ao longo dos anos, as mulheres buscaram empoderamento, igualdade e independência. No entanto, no Brasil, o machismo ainda está presente na sociedade, o que leva à humilhação e vitimização de mulheres, que sofrem constantes ameaças, abusos e violências, geralmente no seu próprio lar, praticados por seus companheiros ou ex-companheiros.

Por ser necessário uma lei mais rigorosa, com o intuito de conter a violência envolvendo mulheres, em 2015 a Lei nº 13.104/2015 alterou o Código Penal para incluir no rol das qualificadoras, até então integrantes do artigo 121 do mesmo diploma legal, o feminicídio. Assim, a morte de mulher, em razão do gênero, passou a ser configurada como um crime de homicídio qualificado, incluído também no rol dos crimes hediondos, já que a mesma lei, modificou, igualmente, a Lei nº 8072/90.

Desse modo, surgiu a problemática atrelada a espécie jurídica da qualificadora do feminicídio: afinal, essa qualificadora teria natureza subjetiva ou objetiva? O questionamento parte da premissa até então existente, segundo a qual, as qualificadoras de ordem subjetivas dizem respeito aos motivos ou finalidades do crime, e não ao fato. Já, as qualificadoras de natureza objetiva são aquelas que se referem aos meios e modos de execução do crime.

Em virtude disso, a natureza jurídica da qualificadora do feminicídio implicará no julgamento perante o Tribunal do Júri, já que crimes dolosos contra a vida são julgados pelo Conselho de Sentença. Dado que, se a defesa resolver suscitar o parágrafo 1º do artigo 121 do Código Penal não poderá ser questionado o feminicídio. Pois, como esse privilégio é subjetivo, fica incompatível com uma qualificadora que seja subjetiva.

Logo, se o feminicídio for classificado como sendo de natureza subjetiva, como alguns doutrinadores lecionam, e se os jurados reconhecerem que o autor da morte agiu impelido por estar dominado pela violenta emoção, logo em seguida injusta provocação da vítima, ficará afastada, instantaneamente, a tese do feminicídio no Júri Popular.

O estudo, portanto, tem a pretensão de estabelecer uma reflexão acerca da natureza jurídica da qualificadora do crime de homicídio, denominada feminicídio, ou seja, a morte de uma mulher, motivada pela sua condição de gênero, podendo ou não concorrer com o privilégio no julgamento perante o Tribunal do Júri.

Assim, o presente trabalho é relevante para o mundo jurídico, em razão de caso a natureza do feminicídio for de ordem objetiva, poderá concorrer com outras qualificadoras de ordem subjetiva. Dessa maneira, passa a ter a finalidade de punir com mais equidade delitos cometidos contra a vida, além de concorrer com a minorante do privilégio, pois assim o Conselho de Sentença poderia analisar de forma não prejudicial.

Para melhor atingir o objetivo proposto, o estudo dividiu-se em três capítulos e utilizou-se de embasamento teórico em pesquisa bibliográfica e documental, seguindo o método indutivo e analítico-descritivo.

No primeiro capítulo será feito uma análise da forma como iniciou-se o fenômeno da violência contra a mulher, e como surgiu a Lei Maria da Penha. Ademais, será apresentado um breve conceito do feminicídio, e a sua integração no âmbito jurídico.

No segundo capítulo será aprofundado os estudos do feminicídio, apresentando-se a tipificação da qualificadora e como ela enquadra-se na Lei de crimes hediondos.

Concluindo o trabalho de pesquisa, serão explanadas as divergências da natureza jurídica da qualificadora do feminicídio, com quais qualificadoras poderá cumular no Tribunal do Júri e, por fim, a análise da existência do “feminicídio privilegiado”.

2 RETROSPECTO HISTÓRICO DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

É notório que a desigualdade de gênero é um dado social verificável em todas as sociedades do mundo. Neste ponto, a nível comparativo, por mais profundas que sejam as diferenças culturais e religiosas observadas nos diversos agrupamentos humanos, um aspecto em comum entre eles é o modelo patriarcal de organização social.

Para compreender essa violência de gênero que vitimiza sobretudo as mulheres, é preciso que se perceba sua inferiorização como um processo histórico impregnado pelas contradições e peculiaridades do contexto em que se engendrou, sendo, então, fruto de uma produção cultural.

Dessa maneira, constata-se que o patriarcado se instalou em diversos setores dos países, como elenca Annelise Siqueira Costa Rodrigues:

Historicamente, o patriarcado sempre relegou às mulheres uma posição socialmente inferior, de submissão, circunstância que refletiu nos mais diversos âmbitos, como o profissional, econômico, acadêmico e, inclusive, jurídico. Tal circunstância nos auxilia a compreender a razão pela qual a violência de gênero é flagrante tanto em nosso país como no mundo, embora, por óbvio, os graus de incidência sejam os mais diversos. (RODRIGUES, 2016).

Da mesma forma, era o que afirmava Aristóteles, um pensador do século III a.C., que a mulher deveria ser submissa ao homem e que tal submissão é um fator natural do gênero humano, não podendo ser modificado, sob pena de alterar-se a natureza. (BURCKART, 2013).

Assim, a questão da desigualdade entre homens e mulheres é um fator histórico das sociedades ocidentais, sendo que desde a antiguidade a mulher era tratada como um ser inferior ao homem, devido a diversas crenças religiosas que legitimavam tal perspectiva e que se permeavam pelos costumes sociais, sobretudo na sociedade hebraica que era caracterizada pelo patriarcado e pela hierarquização das relações sociais. (BURCKART, 2013).

Ainda, o estudioso Thiago Burckart (2013), informa que, embora a história apresente uma desigualdade entre os gêneros, prevalecendo hierarquização masculina, na sociedade moderna, a mulher está, aos poucos, conquistando o seu espaço social:

No entanto, deve-se notar que a concepção aristotélica não há de ser aplicada à sociedade moderna, substancialmente após o período das duas guerras mundiais, momento pela qual as mulheres conquistaram seu espaço no mercado de trabalho e passaram, cada vez mais, a buscar sua independência do gênero masculino, tão subjugado em toda a história. Após isso, a libertação sexual contribuiu para o feminismo e para o pós-feminismo, representando a libertação da mulher de sua condição de objeto sexual aos homens. [...]

À vista disso, a emancipação feminina resultou na sua dupla exploração, na qual o discurso machista permanece como superficialmente libertador e progressista, mas a prática demonstra o conservadorismo e a hierarquização das relações de gênero. (BURCKART, 2013).

Não obstante, para conquistar alguns direitos básicos, no início do ano de 1848, realizou-se o chamado movimento feminista, na Convenção dos direitos humanos da mulher em Nova Iorque, Estados Unidos. À época, as mulheres reivindicaram seus direitos, quais sejam, a extensão dos direitos políticos e sociais conquistados na Revolução Francesa, baseado no lema Igualdade, Fraternidade e Liberdade. (Michel, 1982 apud ALMEIDA, 2010, p. 05).

Atualmente, ainda ocorrem movimentos feministas, objetivando a igualdade de gênero, preceituada até mesmo pela Constituição Federal do Brasil, estabelecendo em seu artigo 5º, inciso I, a relação jurídica de igualdade de gênero, na qual estabelece que “homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição”. (BRASIL, 1988).

Sendo que, em razão desses movimentos feministas e outros atos, que as mulheres conquistaram diversos direitos em prol de equidade, e para não dependerem mais do patriarcado. Todavia, as mulheres ainda sofrem diversas desigualdades e violências.

De acordo com Cunha (2014, p. 150), “Ao se falar em 'violência contra a mulher' pretende-se, remeter às relações patriarcais de gênero e a desproporcionalidade que elas estabelecem na relação de convívio, identidade e sexualidade entre os sexos.”.

Dessa maneira, a violência de gênero ainda é crescente no Brasil. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS) uma em cada três mulheres no mundo já sofreu algum tipo de violência. Em outras palavras, um terço de todas as mulheres do mundo é vítima de atos violentos pelo simples fato de pertencer ao gênero feminino. Ainda, a OMS fala de uma epidemia, com tendência a se converter em uma pandemia. (PSICOLOGIA, 2018).

2.1 Violência contra a mulher e a Lei Maria da Penha

É sabido que a violência contra a mulher é um problema social e jurídico, porém não somente isto, trata-se também de uma questão de saúde pública onde abusos sucessivos, concentrados e sobrepostos, que de acordo com sua gravidade e insistência, podem originar distúrbios mentais, afetivo-emocionais, problemas de incapacidade física, sendo muitas vezes danos irreversíveis. (ARAGÃO, 2017).

E, essa violência de gênero pode ser analisada nos maiores índices de desigualdade existentes entre homem e mulher, com isso a noção de superioridade masculina faz com que seus indivíduos passem a controlar, subjugar, humilhar e agredir de diversas maneiras o gênero feminino. (MARTINI, 2009).

No entanto, Diretrizes Nacionais objetivam conter essas práticas da violência de gênero. Assim, a representante da Organização das Nações Unidas (ONU) Mulheres no Brasil, Nadine Gasman, explana que:

As Diretrizes Nacionais buscam eliminar as discriminações a que as mulheres são alvo pelo machismo, pelo racismo, pelo etnocentrismo, pela lesbofobia e por outras formas de desigualdades que se manifestam desde a maneira como elas vivem, a deflagração de conflitos com base em gênero e os ciclos de violência, que culminam com as mortes violentas. (Nadine Gasman, 2016).

Além de Diretrizes Nacionais, foi criada a Convenção de Belém do Pará – como ficou conhecida a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra Mulher, foi apontada como um marco no enfrentamento à violência contra as mulheres, visto que ela exige dos Estados um empenho efetivo na erradicação da violência de gênero a contar da criação de legislação específica (INFORMATIVO, 2014), tornando o Brasil referência, no âmbito, com a promulgação da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340), em 2006.

Mas foi somente após a condenação do Estado brasileiro pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos no pleito de Maria da Penha Maia Fernandes, que houve a aceitação desse projeto. Com isso seu caso foi enviado à Comissão, após buscar, durante 15 anos o julgamento pelo Judiciário brasileiro das duas tentativas de assassinato praticadas por seu companheiro, das quais tornou-se paraplégica. (NOTHAFT, 2012).

Assim, sob recomendação da OEA (Organização dos Estados Americanos) e das pressões internacionais originou-se a lei Maria da Penha - Lei nº 11.340/06, uma vez que o Brasil já havia celebrado alguns tratados de Direitos Humanos, a respeito de isonomia de homens e mulheres e de erradicação da discriminação de gêneros. (ALVES, 2018).

A Lei Maria da Penha, foi sancionada em 7 de agosto de 2006, como Lei nº 11.340 (Brasil, 2006), que visa proteger a mulher da violência doméstica e familiar. Seu nome é devido a farmacêutica Maria da Penha, que lutou com afincos para ver seu agressor condenado. (BEZERRA, 2018?).

Todas as formas de violência doméstica e familiar, assistência às vítimas, mecanismos de proteção, políticas públicas, punições mais severas, bem como mecanismos para coibi-las e preveni-las foram expostas nesta lei. Além do mais, legitimou-se o princípio da igualdade e deu-se a aplicação concreta ao artigo 5º, inciso I, da Constituição Federal (BRASIL, 1988), que dispõe que todos são iguais perante a lei.

Ainda, Thiago Alex Silva Alves (2018), diz que todas as convenções citadas e a lei Maria da Penha tem como finalidade a proteção incondicional da mulher, conduzindo seu efeito de igualdade efetivada e positivada.

À vista disso, discorre Maria Berenice Dias (2007) que a Lei Maria da Penha apresentou uma maior isonomia, para assim, obter um maior amparo às mulheres que sofrem diversos tipos de violência:

Não ver que a Lei Maria da Penha consagra o princípio da igualdade é rasgar a Constituição Federal, é não conhecer os números da violência doméstica, é revelar indistintamente discriminação contra a mulher, que não mais tem cabimento nos dias de hoje. Ninguém mais do que a Justiça tem compromisso com a igualdade e esta passa pela responsabilidade de ver a diferença, e tentar minimizá-la, não torná-la invisível. (DIAS, 2007, p. 56 apud ALVES, 2016, p. 20).

Em consequência a isso, em todo o país foram elaborados os Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a mulher, dando andamento às orientações do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e pretendendo aplicabilidade integral da Lei da Maria da Penha (BRASIL, 2006), afastando assim a competência dos Juizados Especiais Criminais (NOAL, 2017).

Todavia, o IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) realizou um estudo sobre a Lei nº 11.340/2006, avaliando sua efetividade. No estudo foi possível

verificar que em algumas regiões não houve a criação de qualquer serviço (como delegacias de atendimento à mulher, juzgados especiais, casas de abrigo...). Sendo assim, não houve impacto da lei na vida das mulheres que sofrem violência doméstica nessas regiões. (FIGUEIREDO, 2016).

Embora tenha ocorrido avanços nos campos de direitos das mulheres, o Brasil continuou sendo um país com altíssimos índices de violência e morte contra a mulher. Havia, ainda, exorbitantes estatísticas de violência contra mulheres, realçando um elevado número de alguma forma de violência, tais como assédios, estupros, tortura, violência psicológicas ou físicas, agressões domésticas, perseguições e na sua expressão mais grave, o feminicídio. (PEREIRA, 2017).

Em um curto período de tempo entre 1980 e 2013, foram assassinadas mais de 106 mil mulheres, como foi revelado no Mapa da violência 2015. Conforme os ministérios públicos estaduais, o país registrou um número de 8 homicídios de mulheres por dia entre março de 2016 a março de 2017. Os números são assustadores já que mais de 50% dos casos foram cometidos por familiares, 33% pelo parceiro ou ex-companheiro. (MAPA DA VIOLÊNCIA, 2015).

O alto risco que as mulheres padecem é temido e reconhecido pela população. A agressão de trabalhadoras dentro de suas casas acarreta em uma perda de cerca de 1 bilhão ao ano, como afirmam dados da economia brasileira. Para as mulheres negras o cenário é mais grave, pois os números aumentaram em 54% nos últimos 10 anos, e os números de mulheres brancas diminuiu em 9,8% no mesmo período de tempo. Ademais, segundo uma pesquisa baseada nos registros de certidões de óbitos das vítimas, a arma de fogo é o principal objeto utilizado nos homicídios. (PEREIRA, 2017).

Conseqüentemente, faz com que o Brasil seja destaque no cenário mundial, estando elencado como o 5º país com a maior taxa de homicídio de mulheres. Mesmo com o amparo das leis, sua média cresceu, já que em 2010 estava com o 7º lugar. (PEREIRA, 2017).

Devido a isso, a Lei nº 13.104/2015, comumente chamada de Lei do Feminicídio, surgiu para tipificar o crime de homicídio doloso contra a mulher, por condição de sexo feminino, ou seja, quando for baseada na questão de gênero, além de incluir o Feminicídio no rol dos crimes hediondos trazidos pela Lei nº 8.072/90, o que impede que o acusado seja solto mediante pagamento de fiança. (PORTELA; SANTO; MELO, 2017).

2.2 Femicídio x feminicídio

Comumente, os termos feminicídio e femicídio são usados como sinônimos para a morte de mulheres em razão de seu sexo. Contudo, a utilização descomedida do termo traz grandes litígios, tanto na parcela teórica quanto de ativistas de movimentos de mulheres e movimentos feministas. (SHAKTI, 2015).

A palavra femicídio tem como definição a morte de mulheres em razão do sexo (feminino). A análise do termo, etimologicamente, traz que femi deriva de femin-, cuja origem é grega (*phemi*), significando “manifestar seu pensamento pela palavra, dizer, falar, opinar” e -cídio deriva do latim -cid/um, cujo conceito remete à expressão “ação de quem mata ou o seu resultado”. (HOUAISS, 2018).

Já o feminicídio é algo que vai além da misoginia, ele cria um ambiente de pânico gerando a perseguição e a morte da mulher através de inúmeras formas de abusos, tanto físicos quanto psicológicos como estupro, tortura, escravidão sexual, espancamentos, assédio sexual, agressão física e verbal, dentre outros. (SHAKTI, 2015).

Segundo Arlanza Rebello, Defensora Pública, e coordenadora de Defesa dos Direitos da Mulher da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro (DPRJ), expõe o surgimento do termo feminicídio:

A palavra apareceu no século XIX, mas seu significado atual ganhou força nos anos 70, incensado por autoras ativistas como a sul-africana Diana Russel. Com o tempo, diferentes países incorporaram o termo a suas legislações, como México, Colômbia e Guatemala. No Brasil, a tipificação foi incluída no artigo 121 do Código Penal em 2015. Justamente para diferenciar o assassinato de uma mulher cometido por razões ligadas ao gênero feminino. (REBELLO, 2017).

Ainda, a defensora Arlanza, exemplifica que nem todo homicídio de mulher se enquadra no feminicídio:

Femicídio é o assassinato de uma mulher motivado por sua condição de mulher. Nem todo assassinato de mulher pode ser definido como feminicídio. Se ela for morta por um bandido num assalto, o crime deve ser definido como latrocínio. Mas, se ela for morta pelo ex-parceiro que não aceita o fim do relacionamento, por exemplo, trata-se de feminicídio. Quando a mulher é morta por alguém motivado por esse sentimento de propriedade sobre ela, por um homem que quis se vingar após uma rejeição ou por alguém que a odiava pelo simples fato de ela ser mulher, é preciso distinguir o caso como feminicídio. (REBELLO, 2017).

Outrossim, o autor Shakti (2015), explana que o feminicídio constitui uma categoria sociológica nitidamente distinguível, que tem obtido especificidade normativa a partir da Convenção de Belém do Pará, a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, adotada pela Assembleia Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA) em 09 de junho de 1994 e ratificada pelo Brasil em 27 de novembro de 1995.

No mesmo sentir são os estudos da socióloga Lourdes Bandeira, asseverando que a etapa final de uma trajetória de violência que culmine com a morte é representada pelo feminicídio:

Seu caráter violento evidencia a predominância de relações de gênero hierárquicas e desiguais. Precedido por outros eventos, tais como abusos físicos e psicológicos que tentam submeter a vítima a uma lógica de dominação masculina e a um padrão cultural de subordinação que foi aprendido ao longo de gerações. (BANDEIRA, 2018).

Em razão desse predomínio masculino que a Lei do Feminicídio foi criada como seguimento de uma legislação voltada ao gênero, exprimindo um significativo progresso no combate contra a violência doméstica, o que resultou em maior austeridade ao crime de homicídio contra a mulher, tipificando-o como qualificado. (PORTELA; SANTOS; MELO, 2017).

Ainda, os referidos doutrinadores mencionam que o feminicídio se configura quando o crime for praticado contra a mulher por “razões da condição do sexo feminino” e não apenas pela vítima ser mulher. Estas razões foram adicionadas ao art. 121 do Código Penal, em seu § 2º-A, sendo elas: violência doméstica e familiar contra a mulher, menosprezo à condição de mulher e discriminação à condição de mulher. Sendo assim, é possível apreciar que a conduta motivada pelo agente para discriminar ou menosprezar à condição de mulher se faz imprescindível.

Desta forma, um feminicídio ocorre quando o crime de assassinar uma mulher não é motivado pelas condutas de sentimentos de desprezo. Fomentando uma confusão entre as duas nomenclaturas. Entretanto, é possível concluir que a existência da violência baseada somente no gênero e não apenas no sexo feminino é um item essencial para se caracterizar o feminicídio. (BIANCHINI, 2015).

A qualificadora existente no crime supracitado não diz respeito exclusivamente à questão do crime ser cometido contra a mulher em razão de seu

sexo, mas a uma questão do gênero, considerando este algo mais atinente a atribuição que cada sexo exerce nos padrões sociais. A definição de gênero, “entendido como construção social do masculino e do feminino e como categoria de análise das relações entre homens e mulheres” (SANTOS e IZUMIRO, 2005, p. 3), passou a ser empregado para entender as complexidades da queixa.

Assim, essa nova concepção foi elaborada através de um estudo sobre as questões relativa às mulheres, objetivando conter o fenômeno da violência, qual seja, a violência de gênero. Nesse intuito, preceitua Daniel Solazzi Godoy:

A importância em tipificar o crime de feminicídio é que seja reconhecido, na forma da lei, que as mulheres são mortas pela razão de serem mulheres, demonstrando tamanha fissura acerca da desigualdade de gênero mantidos em nossa sociedade. A sociedade é ávida em combater eminente e progressiva impunidade, extinguindo a possível atuação e propagação de “feminicidas” sendo beneficiados por interpretações jurídicas moralmente inaceitáveis, como se tivessem cometido um crime passional, reafirmando que o direito à vida é garantido a todos e de que não haverá impunidade, protegendo a dignidade da vítima, ao invés de constituir atos que desqualificam a condição de ser mulher e atribua a estas a responsabilidade pelo crime cometido em razão de gênero das quais foram vítimas. Para que serve o feminicídio então? O feminicídio, pressupõe, que tornará melhor a vida da mulher que vive o risco constante de sofrer determinada violência, podendo ser assassinada pelo companheiro, decorrente de motivação torpe. (GODOY, 2015).

Com este pretexto, após a promoção de debates no Senado Federal e a aprovação do projeto pela Comissão de Constituição e Justiça do Brasil, manteve-se o crime de feminicídio, estabelecendo-se sua estrutura e conceito na Lei nº 13.104/2015 (BRASIL, 2015), realizando as devidas alterações do Código Penal (BRASIL, 1940), as quais serão analisadas.

2.3 Integração do crime de feminicídio no ordenamento jurídico brasileiro

A primeira vez que o termo feminicídio foi utilizado no Brasil, foi por Saffioti e Almeida (1995), pois, foram estudados os índices de mortes de mulheres decorrentes de suas relações íntimas. No ano de 1998, por intermédio do mesmo estudo, o termo feminicídio voltou a ser empregado, estudo então, realizado somente por Almeida. (MELLO, 2015).

Desde então, são diversos os estudos referentes a este tema, contendo índices progressivos. Consoante com o “Mapa da Violência 2015: homicídio de

mulheres no Brasil”, o país possui uma taxa de, aproximadamente, 4,8 homicídios para cada cem mil mulheres, colocando o Brasil na quinta posição de um ranking de 83 países que mais assassinam mulheres por sua condição de gênero. (MELLO, 2015).

Além disso, o mesmo estudo demonstra que entre 2003 e 2013, houve um aumento de 54% no registro de mortes, passando de 1.864 para 2.875 nesse período. Sendo que, na maioria das ocasiões, são os próprios familiares (50,3%) ou parceiros/ex-parceiros (33,2%) os que cometem os homicídios. (Agência Brasil, 2017).

Em razão desse fenômeno da violência contra a mulher, que adotou proporções atemorizantes, a norma reguladora do feminicídio seria mais uma resposta legislativa. A lei do feminicídio foi sancionada a partir de uma recomendação da CPMI (Comissão Parlamentar Mista de Inquérito), que averiguou a violência contra as mulheres, um projeto de lei do Senado propôs a introdução da qualificadora para o homicídio de mulheres por violência de gênero (LEE, 2016).

O Projeto de Lei do Senado de nº 292 de 2013, de fonte originária da CPMI de Violência Contra a Mulher no Brasil, inserindo no artigo 121, o feminicídio no seu § 7º, alterando o Código Penal, revelando assim, a circunstância qualificadora do crime de homicídio como meio de prevenir e intimidar a prática de crime contra a vida em decorrência do gênero feminino. (XIMENES; ARAÚJO; SANTOS, 2015).

O feminicídio nada mais é do que a qualificadora do crime de homicídio e configura-se por ser o assassinato de mulher por razões de gênero, somando-se a condição de estar presente a violência doméstica e familiar ou menosprezo e discriminação à condição de mulher. (MELLO, 2015).

Do mesmo modo, as educadoras Débora Diniz, Bruna Santos Costa e Sinara Gumieri no estudo ‘Nomear feminicídio: conhecer, simbolizar e punir, alegam que:

Tipificar o feminicídio teria por finalidade alterar práticas investigativas e mecanismos de justiça do Estado. Nesse universo fluido e variado em que o conceito de feminicídio circula, localizamos três efeitos como justificativas para a nomeação: nomear para conhecer; nomear para simbolizar; e nomear para punir. Ao nomear a matança de mulheres por um tipo penal específico – feminicídio -, o fenômeno seria bem mais conhecido: o tipo penal neutro de homicídio não mais esconderia o que permanece asilado na casa, nas cifras ocultas, ou no universo abstrato das taxas de homicídio. Além disso, as mulheres mortas seriam contadas e conhecidas. A hipótese

de que nominar pode ampliar as formas de inteligibilidade nos parece convincente. (DINIZ; COSTA; GUMIERI, 2015, p. 03).

Sendo assim, o feminicídio, como neologismo penal, provoca a neutralidade do homicídio à mulher antes considerado. Tipificar essa conduta é prever os opressores, tornar visível um crime que outrora era considerado banal. Portanto, deve-se considerar a alteração da redação do crime de homicídio como apropriado nos crimes cometidos às mulheres em questão do gênero. (KEHL, 2018).

De acordo com o “Dossiê: Violência contra as mulheres” (Instituto Patrícia Galvão, 2017):

O principal ganho com a Lei do Feminicídio (Lei nº 13.104/2015) é justamente tirar o problema da invisibilidade. Além da punição mais grave para os que cometerem o crime contra a vida, a tipificação é vista por especialistas como uma oportunidade para dimensionar a violência contra as mulheres no país, quando ela chega ao desfecho extremo do assassinato, permitindo, assim, o aprimoramento das políticas públicas para coibi-la e preveni-la. (DOSSIÊ..., 2017).

Assim, o tipo penal feminicídio instaura na sociedade contemporânea a responsabilização direta pelos assassinatos irracionais que são frequentemente realizados na sociedade contra as mulheres, como se fossem estas, uma posse do homem, no qual tenha ele direito de dispor quando achar necessário. Assim, a tipificação do crime de Feminicídio é de extrema importância para toda a sociedade, principalmente para a população vítima desse tipo penal. (BRITO, 2017).

3 O FEMINICÍDIO E SUAS DISPOSIÇÕES LEGAIS

Nos dias atuais há inúmeros casos de assassinatos de mulheres, tanto por seus ex-companheiros, quanto por seus atuais companheiros. Esses são crimes de violência contra a mulher que retratam a desigualdade de gênero, que são usualmente noticiados como crimes “passionais”. Na grande maioria dos casos, essas mulheres foram mortas no momento em que decidiram findar a relação amorosa, mostrando assim que a dominação masculina prepondera nessas relações.

A figura qualificada do feminicídio manifesta-se como uma continuidade de proteção e tutela especial à mulher, a qual teve origem com o advento da Lei Maria da Penha (BRASIL, 2006), sendo marcada como a primeira conquista das mulheres brasileiras contra os atos de violência de gênero. Dessa maneira, a figura penal do feminicídio surge com a finalidade de punir de maneira especial e mais gravosa quem mata uma mulher valendo-se da sua condição de sexo feminino. (NOAL, 2017).

3.1 A tipificação da qualificadora do feminicídio

O Código Penal foi alterado pela Lei 13.104/2015, qualificando o feminicídio como crime hediondo no Brasil, tal crime é cometido contra mulheres por causa da condição de ser do sexo feminino. É importante destacar que apenas se configura feminicídio, quando é comprovada as causas, podendo ser: agressões físicas ou psicológicas, abuso ou assédio sexual, tortura, mutilação genital, espancamentos entre qualquer outra forma de violência que gerem a morte de uma "mulher", ou seja, por exclusiva questão de gênero. (PEREIRA, 2017).

O Projeto de Lei nº 8.305/14 (hoje Lei 13.104/15) elaborado pela Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) da Violência contra a Mulher, fundamentou a necessidade de uma lei específica para os crimes relacionados ao gênero feminino, já que há um significativo aumento no número de mortes de mulheres, cometidos inúmeras vezes por seus companheiros ou ex-companheiros. A CPMI destacou que, entre os anos 2000 e 2010, 43,7 mil mulheres foram assassinadas no Brasil, vítimas

de homicídio. Sendo que mais de 40% delas foram assassinadas dentro de suas casas. (KONTZE e AQUINO, 2015).

Como bem definiu o Relatório Final da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito sobre a Violência contra a Mulher (CPMI) do Congresso Nacional:

O feminicídio é a instância última de controle da mulher pelo homem: o controle da vida e da morte. Ele se expressa como afirmação irrestrita de posse, igualando a mulher a um objeto, quando cometido por parceiro ou ex-parceiro; como subjugação da intimidade e da sexualidade da mulher, por meio da violência sexual associada ao assassinato; como destruição da identidade da mulher, pela mutilação ou desfiguração de seu corpo; como aviltamento da dignidade da mulher, submetendo-a a tortura ou a tratamento cruel ou degradante. (BRASIL, 2013, p. 1003).

Recorre-se à Lei Maria da Penha, para discriminar ao fato do crime envolver “violência doméstica e familiar”, a qual dispões o seu artigo 5º:

Art. 5º Para os efeitos desta Lei, configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial

I - no âmbito da unidade doméstica, compreendida como o espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar, inclusive as esporadicamente agregadas;

II - no âmbito da família, compreendida como a comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram aparentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa;

III - em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independentemente de coabitação.

Parágrafo único. As relações pessoais enunciadas neste artigo independem de orientação sexual. (BRASIL, 2006).

Outrossim, o conceito de discriminação contra a mulher está estabelecido no art. 1º da Convenção CEDAW (Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher):

Art. 1º. Para os fins da presente Convenção, a expressão ‘discriminação contra a mulher’ significará toda a distinção, exclusão ou restrição baseada no sexo e que tenha por objeto ou resultado prejudicar ou anular o reconhecimento, gozo ou exercício pela mulher, independentemente de seu estado civil, com base na igualdade do homem e da mulher, dos direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos político, econômico, social, cultural e civil ou em qualquer outro campo. (BRASIL, 2002).

Do mesmo modo, a Recomendação Geral nº 19, do mesmo Comitê estabelece a violência baseada no gênero como uma forma de discriminação. Conforme o Comitê:

1. A violência baseada no gênero é uma forma de discriminação que inibe seriamente a habilidade das mulheres de usufruir dos direitos e liberdades em igualdade com os homens. (CEDAW, 1992).

Como exposto primeiramente, feminicídio é o ato de matar uma mulher por premissa da condição de sexo feminino, quando o crime envolver violência doméstica e familiar ou motivado pelo menosprezo ou discriminação à condição de mulher.

Deste modo, o legislador inseriu o inciso VI no §2º do art. 121 e introduziu também o parágrafo 2º - A, em que elucida quando haverá razões da condição de sexo feminino:

Art. 121. Matar alguém:
 Pena - reclusão, de seis a vinte anos.
 [...]
 Homicídio qualificado
 § 2º Se o homicídio é cometido:
 [...]
 Feminicídio
 VI - contra a mulher por razões da condição de sexo feminino:
 Pena - reclusão, de doze a trinta anos.
 [...]
 § 2o-A Considera-se que há razões de condição de sexo feminino quando o crime envolve:
 I - violência doméstica e familiar;
 II - menosprezo ou discriminação à condição de mulher
 [...]. (BRASIL, 1940).

Na prática, isso expressa que casos de violência doméstica e familiar ou menosprezo e discriminação contra a condição de mulher começam a ser vistos como qualificadores do crime. As penas para homicídios qualificados vão de 12 a 30 anos, enquanto os homicídios simples preveem reclusão de 6 a 12 anos. (PAGAN, 2015).

A Lei nº 8072/90, art. 1º, elenca o homicídio qualificado como crime hediondo, assim, por causa da inserção do feminicídio como qualificadora do homicídio, instantaneamente, o feminicídio torna-se também hediondo.

À vista disso, as modificações reais e concretas para o autor de um feminicídio será a obrigação de cumprir 2/3 da pena para ter o livramento condicional, 2/5 ou 3/5 para progressão de regime, se primário ou reincidente, 30 dias de prisão temporária, dentre outros. (PIMENTEL, 2015).

Há alguns agravantes do crime que também são identificados pela lei do feminicídio, podendo aumentar a pena com um adicional de 1/3 sobre a pena adicional. Os agravantes são de três tipos: caso o crime for cometido durante a gestação ou nos três meses posteriores ao parto; contra menor de 14 anos, maior de 60 anos ou com deficiência; e na presença de descendente ou de ascendente da vítima. (SILVA, 2015).

Consoante com a juíza Adriana Mello, criadora do Projeto Violeta e vencedora do prêmio Inovare, alude sobre a importância da qualificadora, com o propósito de prevenir e combater o elevado índice de violência contra as mulheres:

A lei do feminicídio traz a perspectiva de duas importantes mudanças. A primeira delas é responder à necessidade de que sejam tomadas providências mais rigorosas em resposta aos altíssimos índices de violência contra as mulheres no Brasil. Em segundo lugar, a lei do feminicídio tem o importante papel de evidenciar a existência de homicídios de mulheres por questões de gênero. Sabe-se que as mulheres são assassinadas em circunstâncias em que os homens não costumam ser e que é necessário expor tais circunstâncias, a fim de que o público as conheça e se sensibilize com a situação dessas mulheres. Espera-se que com essa caracterização os dados possam ser compilados de uma forma mais adequada e apareçam mais claramente, tornando mais visível este grave fenômeno e possibilitando a criação de políticas públicas de prevenção e combate à violência contra a mulher. (MELLO, 2016).

Salienta-se que, caracteriza-se a violência doméstica e familiar e conseqüentemente, pratica a conduta criminosa o agente que, apesar de não possuir vínculo sanguíneo com a vítima, tenha qualquer relação de afeto, convivência passada e/ou atual ou afinidade com a ofendida. Logo a violência em meio à família envolve aquela em que é cometida por vínculo jurídico familiar, em virtude de parentesco (em linha reta e por afinidade), ou, pelo menos, por expressão de vontade, no caso de adoção. (CUNHA, 2017).

No que se refere à segunda espécie de feminicídio, existe sentimento de menosprezo à condição de mulher à medida que o agressor nutre pouco ou nenhuma estima ou apreço pela vítima do sexo feminino. (BIANCHINI e GOMES, 2015). Nas palavras de Bianchini:

O menosprezo à condição de mulher decorrerá nas situações em que assassinar mulher por conceber que ela não pode estudar, por compreender que ela não pode dirigir, por entender que não pode ser diretora de uma empresa, por considerar que ela não pode pilotar um avião. (BIANCHINI, 2016, p. 2017).

Portanto, quando o autor comete um crime de homicídio simplesmente por possuir desprezo, aversão, repulsa ou repugnância a uma pessoa do gênero feminino, configura-se a qualificadora do feminicídio. (GRECO, 2015).

A legislação que modificou o feminicídio abrangeu consigo três causas de aumento de pena de total relevância e que rotineiramente acontece nos feminicídio, sendo elas:

Art. 121 [...]

§ 7º A pena do feminicídio é aumentada de 1/3 (um terço) até a metade se o crime for praticado:

I – durante a gestação ou nos 3 (três) meses posteriores ao parto;

II – contra pessoa menor de 14 (quatorze) anos, maior de 60 (sessenta) anos ou com deficiência;

III – na presença de descendente ou de ascendente da vítima. (BRASIL, 1940).

A elevação da pena abrangido pelo inciso I e II, faz-se fundamental devido o estado de saúde da vítima, tanto físico quanto psicológico, sendo assim mais reprovável a atuação do autor.

Em contrapartida, o acréscimo da pena previsto no inciso III dá-se em virtude do choque ocasionado no âmbito familiar, constituindo transtornos psicológicos. Ainda é essencial destacar que irmãos e tios (parentes colaterais) não estão incorporados no aumento de pena.

No entanto, é importante que o agente da ação saiba estar nestas situações no momento que comete o crime. Caso o agente desconheça qualquer destas circunstâncias no momento em que comete este delito, e no momento de ser apurada esta conduta juridicamente, não pode recair sobre ele a possibilidade de aumento de pena. (MELLO, 2015).

Na obra *Femicídio: Uma análise sociojurídica da violência contra a mulher no Brasil*, a magistrada Adriana Ramos de Mello, traz alguns aspectos sobre o aumento de pena, dizendo:

Se o agente causa a morte da mulher por razões da condição de sexo feminino, nos 3 (três) meses posteriores ao parto, também terá sua pena aumentada. Aqui, conta-se o primeiro dia do prazo de 3 (três) meses na data em que praticou a conduta, e não no momento do resultado da morte. Assim, por exemplo, se o agente deu início aos atos de execução do crime de feminicídio, agredindo a vítima com golpes de faca, e essa vem a morrer somente dez dias após as agressões, para efeito de contagem do prazo de 3 (três) meses, será levado em consideração o dia em que desferiu os golpes, conforme determina o art. 4º do Código Penal, que diz que se

considera praticado o crime no momento da ação ou da omissão, ainda que outro seja o momento do resultado. (MELLO, 2016, p.146)

Ressalta-se, ainda, que não há a possibilidade de incidir as agravantes genéricas previstas no artigo 61, inciso II, alíneas “f” e “h” do Código Penal (BRASIL, 1940), sob pena *de bis in idem*. Visto que, tal princípio proíbe que uma pessoa seja processada, julgada e condenada novamente pelo mesmo delito. (IMMICH e MEDEIROS, 2016). Conforme citado abaixo:

Circunstâncias agravantes

Art. 61 - São circunstâncias que sempre agravam a pena, quando não constituem ou qualificam o crime:

[...]

II - ter o agente cometido o crime:

[...]

f) com abuso de autoridade ou prevalecendo-se de relações domésticas, de coabitação ou de hospitalidade, ou com violência contra a mulher na forma da lei específica;

[...]

h) contra criança, maior de 60 (sessenta) anos, enfermo ou mulher grávida;

[...]. (BRASIL, 1940).

Do mesmo modo que não abrange a causa de aumento do §4º do artigo 121, parte final. (BRASIL, 2006). Uma vez que, caso contrário, também afrontaria o princípio *de bis in idem*. Como relatado a seguir:

Art. 121. Matar alguém:

Pena - reclusão, de seis a vinte anos.

[...]

Aumento de pena

[...]

§ 4º [...]. Sendo doloso o homicídio, a pena é aumentada de 1/3 (um terço) se o crime é praticado contra pessoa menor de 14 (quatorze) ou maior de 60 (sessenta) anos.

[...] (BRASIL, 1940).

Além disso, o sujeito ativo do crime pode ser tanto homem quanto mulher, por ser definido como crime comum. No que diz respeito ao sujeito passivo, a legislação estabelece que seja mulher, condição biológica, por razões da condição do sexo feminino. (PIMENTEL, 2015).

Conseqüentemente, o Promotor de Justiça Francisco Dirceu Barros (2014), determina o acontecimento de três conceitos jurídicos de mulher para a descrição do feminicídio, que são: o critério biológico, o critério psicológico e o critério jurídico cível.

O critério biológico descreve a mulher na sua concepção genética ou cromossômica. Nessa concepção, quando o indivíduo executa o procedimento de neocolpovulvoplastia, que é definido como o procedimento cirúrgico de mudança de sexo, não se enquadra a qualificadora do feminicídio. (BARROS, 2014).

Já no critério psicológico é desconsiderado o preceito biológico e a mulher é caracterizada no sentido psíquico ou no quando há incidência de comportamento feminino. Nesse contexto, versa do indivíduo acreditar, psicologicamente, ser do sexo feminino, mesmo sendo do sexo masculino. (ROCHA; FALCÃO, 2017). Sendo assim, aplicar-se-á qualificadora quando a pessoa efetua o procedimento de neocolpovulvoplastia ou que psicologicamente considera ser uma mulher. (BARROS, 2014).

Em referência ao critério jurídico cível, segundo Rogério Grecco (2017), considera-se o sexo que consta no registro civil, havendo dessa maneira, uma nova definição não natural de mulher, quando há a modificação no registro de nascimento:

Entendemos que, nesse caso, se a modificação se der tão-somente no documento de identidade, com a simples retificação do nome, aquela pessoa ainda deverá ser considerada pertencente ao gênero masculino, não sendo, pois, passível de ser considerada vítima do delito de estupro. No entanto, se houver determinação judicial para a modificação do registro de nascimento, alterando-se o sexo do peticionário, teremos um novo conceito de mulher, que deixará de ser natural, orgânico, passando, agora, a um conceito de natureza jurídica, determinado pelos julgadores. (GRECCO, 2017, p. 478).

Por isso, neste estudo, será contemplado o critério biológico para que suceda a incidência da qualificadora do feminicídio, pois, o legislador foi contundente ao declarar que não se admite o feminicídio sendo a vítima um homem. (CUNHA, 2017).

Nessa acepção, o travesti não é abrangido na proteção da qualificadora, como estabelecem grandes doutrinadores, de modo que não há como exercer interpretação extensiva, ou seja, exige-se o gênero feminino. “Mulher, portanto, para os efeitos penais desta qualificadora, é o ser humano do gênero feminino. A simples identidade de gênero não tem relevância para que se caracterize a qualificadora.” (CUNHA, 2017, p. 70).

Entretanto, existe uma retificação ao transexual, que são as pessoas que têm uma identidade de gênero, ou expressão de gênero diferente de seu sexo atribuído.

Nessas conjunturas, já há decisões jurisprudenciais vigentes do Superior Tribunal de Justiça (STJ), compilado com os artigos 55, 57 e 58 da Lei nº 6.015/73, concedendo ao transexual operado a viabilidade de alteração de seu prenome, como também para mudar o registro de sexo à sua nova condição física, por mediação de decisão judicial, passando, assim, a serem sujeitos passivos da qualificadora (REsp 1626739/RS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 09/05/2017, DJe 01/08/2017).

Visto que o feminicídio é o assassinato de uma mulher pela situação de ser mulher, é perceptível que são crimes caracterizados por formas excessivas de violência e barbárie, que são usualmente cometidos na intimidade dos relacionamentos. O impacto desses delitos é silenciado, mostrando um tipo de dominação masculina, extremamente perversa, cravada fortemente, ainda, na sociedade brasileira. As motivações desses crimes cometidos por homens contra as mulheres são o ódio, o desprezo ou o sentimento de perda da propriedade sobre elas. (KONTZE e AQUINO, 2015).

Como relata a promotora de Justiça do Grupo de Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar (GEVID) do MP-SP, Fabiana Dal'Mas Rocha Paes:

O compromisso do combate à violência doméstica deve envolver todos os Promotores de Justiça do Brasil, mulheres e homens, todo o sistema de justiça e toda a sociedade. As mortes de muitas "Mércias", "Elisas", "Márcias", "Sandras" e "Marias", poderiam ter sido evitadas, se não queremos mortes evitáveis no Brasil, para isso temos que não apenas desconstruir os estereótipos de gênero, mas também combater a tolerância social à violência doméstica, por meio da educação de gênero, tratando as mulheres como sujeitos de direito e condenando todas as formas de violência contra a mulher, a discriminação, em especial a doméstica, que infelizmente não apenas existe, mas também é tolerada por todos e mata. (PAES, 2016, p. 05).

Desse modo, é de responsabilidade do Poder Público elaborar políticas de controle dos crimes relacionados ao gênero, como também é dos cidadãos conduzir as demandas ao ente competente, para que a proteção às vítimas seja legitimada, no entanto, na maior parte dos casos, isso só ocorre devido à realização de denúncias.

3.2 A hediondez da conduta

O significado da palavra hediondo, no dicionário, traz a ideia de algo asqueroso, sórdido, horrível, repugnante. O termo é aplicado com regularidade para os crimes que ferem a dignidade humana, sendo assim, do ponto de vista moral causa enorme repulsa e rejeição pela sociedade. (PRIBERAM, 2018).

Desse modo, os crimes mais graves e revoltantes, que provocam verdadeira aversão da sociedade são os hediondos. Esses são crimes que causam altíssimo grau de lesividade, ou seja, um crime com extremo potencial ofensivo, sendo denominado crime “de gravidade acentuada”.

Os crimes hediondos estão decretados pela Lei nº 8.072, de 1990 no âmbito jurídico e são insuscetíveis de anistia, graça, indulto ou fiança. Para esses crimes as penas são iniciadas em regime fechado, e a progressão de regime para indivíduos condenados nesse tipo de crime só ocorrerá após o cumprimento de dois quintos da pena, em caso de réus primários, e de três quintos, em caso de reincidentes. (Agência CNJ de Notícias, 2018).

De acordo com o livro Para Entender Direito (2014), os crimes hediondos abrangem algumas condições aos indivíduos que realizam tais crimes, como:

Antes da condenação:

O prazo da prisão temporária é muito maior do que o normal (até 30 dias, prorrogável por igual período);

O preso não tem direito à liberdade provisória, seja com ou sem pagamento de fiança.

Depois da condenação:

O condenado não tem direito a indulto, anistia ou graça;

O condenado sempre começa a cumprir a pena em regime fechado (o mais severo);

A progressão de um regime mais severo para um mais leve demora mais tempo (ele precisa ter cumprido no mínimo 2/5 de sua pena se o criminoso for primário ou 3/5 se for reincidente); e

O prazo para conseguir o livramento condicional também é muito maior: 2/3 (isso se for primário, pois se o criminoso for reincidente em crime hediondo ele sequer terá esse direito). (DIREITO, 2014).

Logo, a Lei nº 13.104/2015 estabeleceu a alteração na Lei nº 8.072/1990, que passou a prevalecer com a seguinte redação:

Art. 1º São considerados hediondos os seguintes crimes, todos tipificados no Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, consumados ou tentados.

I – homicídio (art. 121), quando praticado em atividade típica de grupo de extermínio, ainda que cometido por um só agente, e homicídio qualificado (art. 121, § 2º, incisos I, II, III, IV, V, VI e VII).
[...] (BRASIL, 1990).

Assim, a figura do feminicídio, sancionada pela Lei nº 13.104/15, que estabeleceu o inciso VI ao artigo 121 do Código Penal, que qualifica o homicídio de mulher por razões de gênero. O crime torna-se hediondo por se tratar de uma qualificadora.

Frisa-se salientar que o feminicídio, antes, já trazia a classificação de crime hediondo, pois no caso concreto existia a possibilidade de ser taxado como homicídio qualificado por motivo torpe, no entanto, essa compreensão não era uníssona. Por consequência a isso, a mudança da redação da lei que antevê o homicídio da mulher por questões de gênero, se tornou clara ao pertencer como crime hediondo. (SANTOS, 2016, p.11).

Ainda, a Lei nº 13.104/2015, entrou em vigor no dia 09 de março de 2015 a modificação da figura do feminicídio no Código Penal, sendo que foi somente a partir dessa data que a qualificadora passou a vigorar. Portanto, observa-se a regra da Lei Penal no tempo, não retroagindo por ser mais gravosa. Isto posto, a única qualificadora que incidirá será a do motivo torpe, para os crimes cometidos previamente. (SANTOS, 2016, p. 15).

Outrossim, mesmo com toda a evolução da legislação, há pessoas que refutam e visam meios para catalogar a legislação a este respeito como exagerada e inconstitucional:

A regra da igualdade não consiste senão em quinhonar desigualmente aos desiguais, na medida em que se desigualam. Nesta desigualdade social, proporcionada à desigualdade natural, é que se acha a verdadeira lei da igualdade. O mais são desvarios da inveja, do orgulho, ou da loucura. Tratar com desigualdade a iguais, ou as desiguais com igualdade, seria desigualdade flagrante, e não igualdade real. (BARBOSA, 1921).

Contudo, em relação a desigualdade que alguns autores declaram que a alteração da hediondez apresentou, foi tratado na ação declaratória de constitucionalidade (ADC 19), e na ação de inconstitucionalidade (Adin 4424), nas duas ações, sendo consideradas constitucionais pelo STF todos os dispositivos da Lei nº 11.340/2006, que determinam o tratamento jurídico diferenciado. (BARROS, 2015).

Ademais, a posição do STF corrobora com as alegações de paridade que a alteração apresentou:

O princípio jurídico da igualdade refaz-se na sociedade e rebaliza conceitos, reelabora-se ativamente, para igualar iguais desiguados por ato ou com a permissão da lei. O que se pretende, então, é que a "igualdade perante a lei" signifique "igualdade por meio da lei", vale dizer, que seja a lei o instrumento criador das igualdades possíveis e necessárias ao florescimento das relações justas e equilibradas entre as pessoas. [...] O que se pretende, pois, é que a lei desigule iguais, assim tidos sob um enfoque que, todavia, traz consequências desigualadoras mais fundas e perversas. Enquanto antes buscava-se que a lei não criasse ou permitisse desigualdades, agora pretende-se que a lei cumpra a função de promover igualações onde seja possível e com os instrumentos de que ela disponha, inclusive desiguando em alguns aspectos para que o resultado seja o equilíbrio justo e a igualdade material e não meramente formal. [...] Somente então se terá a efetividade do princípio jurídico da igualdade materialmente assegurado. (Ministra Cármen Lúcia Antunes Rocha, STF, 2015).

Em resumo, a citação da Ministra Cármen Lúcia, fundamenta a obrigação da lei que permite propiciar a "desigualdade" para que dessa forma seja capaz de se obter uma equidade fundamentada na justiça e na legislação.

4 A NATUREZA JURÍDICA DA QUALIFICADORA DO FEMINICÍDIO E SEUS REFLEXOS JURÍDICO PENAIIS

O legislador, objetivando mais rigor na proteção da mulher no âmbito familiar criou a Lei nº 13.104, de 2015, que alterou o artigo 121 do Código Penal, com a finalidade de prever o Femicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio. Além de qualificar o homicídio contra mulheres a Lei nº 13.104 também alterou a Lei nº 8.072, de 1990, ao incluir o Femicídio no rol dos crimes hediondos. Além disso, tratando-se de crime doloso contra vida, a competência é do tribunal do Júri (art. 5º inciso XXXVIII, alínea “d” da Constituição Federal), regra que se aplica ao julgamento. (CARDOSO, 2016).

Por ter seu julgamento perante o Tribunal do Júri, ocorre a contraversão quando se fala na qualificadora do feminicídio, pois, há divergência se a qualificadora é de natureza subjetiva, ou se ela se enquadra na ordem objetiva, observando assim, as cogitações do reconhecimento ou não da qualificadora perante os jurados. Qual tal, será discutido a seguir.

4.1 Natureza jurídica do feminicídio

Antes da alteração promovida pela Lei nº 13.104/2015, o §2º do artigo 121 continha cinco incisos e por consequência, cinco qualificadoras. Os incisos I e II eram referentes aos motivos do crime, e o inciso V, relacionava-se à conexão, ou possuía como característica uma finalidade especial objetivada pelo agente causador, ambos são de índole subjetiva. Já os incisos III e IV dizem respeito aos meios e modos de execução do homicídio, e possuem índole objetiva. (SANTOS, 2016, p.16).

Dessa forma, vale mencionar, num primeiro momento, a distinção no que consiste ser natureza subjetiva e objetiva. A natureza será subjetiva quando as qualificadoras se remetem aos fins ou motivos pelos quais o agente cometeu o crime, por exemplo, motivo torpe. Porém, quando se remeterem aos modos ou meios utilizados pelo agente para cometer o crime, será considerada a natureza objetiva. (STEFANO, 2018).

Por consequência, existem duas correntes para definir a natureza da qualificadora do feminicídio: se ela se enquadra na subjetiva ou se trata de objetiva. Pois, a questão que se propõem, é saber com qual das qualificadoras o feminicídio é compatível.

Segundo Luiz Flávio Gomes e Alice Bianchini (2015) a qualificadora do feminicídio é nitidamente subjetiva, segundo eles, no feminicídio o agente mata em razão da condição do sexo feminino, ou seja, por causa disso. Seria uma qualificadora objetiva se dissesse respeito ao modo ou meio de execução do crime, não sendo a violência de gênero uma forma de execução do delito, mas sua razão, seu motivo, por isso, de índole subjetiva.

No mesmo sentir, é o que explana José Nabuco Filho (2015), se a condição de mulher foi a razão do homicídio, não haveria possibilidade, de que esse crime fosse considerado praticado por motivo fútil, já que matar motivado por ódio de gênero nada tem de futilidade. Do mesmo modo, se o crime foi praticado para assegurar a execução de outro crime, ainda que contra mulher, o fato é que não foi cometido em razão do sexo feminino.

Outrossim, os Promotores de Justiça Rogério Sanches Cunha e Ronaldo Batista Pinto (2015), entendem que:

[...] a qualificadora do feminicídio é subjetiva, pressupondo motivação especial: o homicídio deve ser cometido contra a mulher por razões da condição de sexo feminino. Mesmo no caso do inc. I do § 2º-A, o fato de a conceituação de violência doméstica e familiar ter um dato objetivo, extraído da lei, não afasta a subjetividade. Isso porque o § 2º-A é apenas explicativo; a qualificadora está verdadeiramente no inc. VI do § 2º, que, ao estabelecer que o homicídio se qualifica quando cometido por razões da condição do sexo feminino, deixa evidente que isso ocorre pela motivação, não pelos meios de execução. (CUNHA e PINTO, 2015, p. 84)

O advogado criminalista Cezar Roberto Bittencourt (201?), entende da mesma forma, referindo que: “[...] o próprio móvel do crime é o menosprezo ou a discriminação à condição de mulher, mas é, igualmente, a vulnerabilidade da mulher tida, física e psicologicamente, como mais frágil, que encoraja a prática da violência por homens covardes”.

Na mesma seara, o Juiz Federal Márcio André Lopes Cavalcante (2015), opina que:

A qualificadora do feminicídio é de natureza subjetiva, ou seja, está relacionada com a esfera interna do agente (“razões de condição de sexo feminino”). Ademais, não se trata de qualificadora objetiva porque nada tem a ver com o meio ou modo de execução. (CAVALCANTE, 2015).

No entanto, a doutrina diverge se realmente a qualificadora do feminicídio se enquadra na natureza subjetiva. Pois, há doutrinadores que se manifestam antagonicamente, alegando que a qualificadora do feminicídio é objetiva.

Assim, Amom Albernaz Pires (2015), ensina que a qualificadora do feminicídio tem natureza objetiva. Embora a disposição remeta à noção de motivação (“em razão da condição de sexo feminino”), as definições incorporadas pela Lei Maria da Penha sinalizam contexto de violência de gênero, ou seja, quadro fático-objetivo não atrelado, aprioristicamente, aos motivos determinantes da execução do ilícito.

Para Guilherme de Souza Nucci (2016), houve uma evolução da tutela especial que abarcava a Lei Maria da Penha com o intuito de tutelar de maneira mais eficiente a condição do sexo feminino. Para ele, a qualificadora do feminicídio é objetiva, pois o ato encontra-se relacionado ao gênero da vítima. Também sustenta que a ideia de qualificadora subjetiva não está relacionada com a motivação do homicídio. Por ser objetiva, o autor acredita que há possibilidade de se conviver com outras circunstâncias de cunho puramente subjetivo.

No mesmo sentido é o que defende o Promotor de Justiça Paulo Busato (2015), ao expor que é um equívoco ao defender que o feminicídio tem caráter subjetivo:

[...] dado absolutamente objetivo, equivocadamente inserido em disposição que cuida de circunstâncias de natureza subjetiva. A partir dessas premissas, lança-se observação acerca do motivo imediato, que pode qualificar o crime se aderente às hipóteses do art. 121, § 2º, incisos I, II e V do Código Penal, quadro que não se confunde com a condição de fato, ou seja, com o contexto objetivo, caracterizador do cenário legal de violência de gênero, palco em que se desenvolveram os ataques contra a mulher dramaticamente encerrados com a sua morte. (BUSATO, 2015, *apud* ZANELLA; FRIGGI; ESCUDEIRO; AMARAL, 2015, p. 05).

Também é nesse sentido o entendimento da Comissão Nacional de Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher – COPEVID, criada pelo Grupo Nacional de Direitos Humanos (GNDH), do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais (CNPGE): Enunciado nº 24 (006/2015):

A qualificadora do feminicídio, na hipótese do art. 121, § 2º-A, inciso II, do Código Penal, possui natureza objetiva, em razão da situação de desigualdade histórico-cultural de poder, construída e naturalizada como padrão de menosprezo ou discriminação à mulher. (Aprovado na II Reunião Ordinária do GNDH e pelo CNPG em 22/09/2015).

Em decisão recente da Primeira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, deu-se provimento ao recurso do Ministério Público, concluindo que, em caso de homicídio em situação de violência doméstica, o feminicídio é uma qualificadora objetiva.

O representante do Ministério Público da Comarca de Porto Alegre/RS, ofereceu denúncia em face de um indivíduo, sob a acusação de homicídio qualificado pelo motivo torpe e feminicídio (artigo 121, parágrafo 2º, I, IV e VI, todos do Código Penal). Na sentença de pronúncia, o Juiz da Vara do Tribunal do Júri afastou a qualificadora do motivo torpe. Em razão disso, o agente ministerial interpôs recurso, referindo que o motivo torpe não se mostra incompatível com a qualificadora do feminicídio. Ao final, deu-se provimento ao recurso interposto pelo *parquet*:

JÚRI. RECURSOS EM SENTIDO ESTRITO. [...]. Não há falar em *bis in idem* no reconhecimento das qualificadoras do motivo torpe e do feminicídio, eis que aquela tem natureza subjetiva; esta, objetiva, pois necessário para sua caracterização, tão-somente, que o crime tenha ocorrido no contexto de violência doméstica e familiar, consoante se retira da regra posta no art. 121, § 2º -A, inc. I, do Código Penal. Referindo a ofendida que o recorrente invadiu sua residência e já chegou na porta dando socos atirando-a sobre uma mesa, mostra-se de rigor a manutenção da qualificadora prevista no artigo 121, § 2º, inciso IV, do Código Penal. RECURSO DO RÉU DESPROVIDO. RECURSO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DESPROVIDO, POR MAIORIA. (Recurso em Sentido Estrito Nº 70077455780, Primeira Câmara Criminal, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Honório Gonçalves da Silva Neto, Julgado em 08/08/2018) (RIO GRANDE DO SUL, 2018) (grifo nosso).

Nas palavras do relator do processo, Desembargador Honório Gonçalves da Silva Neto:

[...] Mais, não vislumbro *bis in idem* no reconhecimento das qualificadoras do motivo torpe e do feminicídio, eis que aquela, tem natureza subjetiva; esta, objetiva, pois necessário para sua caracterização, tão-somente, que o crime tenha ocorrido no contexto de violência doméstica e familiar, consoante se retira da regra posta no art. 121, § 2º -A, inc. I, do Código Penal- sendo essa, como se percebe, a situação dos autos, pois, interrogado, o réu confirmou que era casado com a vítima, tendo inclusive filhos com ela (fl. 152). Aliás, recentemente, o Superior Tribunal de Justiça, reformando decisão proferida por este Tribunal, deixou assentada a

inexistência de bis in idem entre as qualificadoras do “feminicídio” e do motivo torpe, afirmando, modo expresso, a natureza objetiva da primeira e subjetiva da segunda. (NETO, 2018).

A jurisprudência supra referida do Tribunal de Justiça do RS é a problemática sobre a natureza jurídica da qualificadora o feminicídio, em razão, de quais qualificadoras são compatíveis com o feminicídio. Em razão disso, será aprofundado o estudo para saber se há a possibilidade do concurso do feminicídio com as demais qualificadoras.

4.2 Concurso entre a qualificadora do feminicídio e demais qualificadoras

Há a possibilidade do crime de homicídio ser cumulado com mais de uma qualificadora. No entanto, nem todas as qualificadoras são compatíveis entre si. No mesmo caso, não poderão coexistir duas qualificadoras da mesma natureza subjetiva (SANTOS, 2016). Assim, a autora explana que:

[...] as qualificadoras de índole objetiva, de meio (artigo 121, §2º, III) e modo (artigo 121, §2º, IV) é pacífico o entendimento de que elas podem coexistir e são compatíveis com uma circunstância subjetiva, relacionada ao motivo (art. 121, §2º, I e II) ou finalidade (art. 121, §2º, IV) do homicídio, como no caso de motivo fútil e recurso que impossibilitou a defesa da vítima. (SANTOS, 2016, p. 18).

Sendo assim, questiona-se com qual destas qualificadoras o feminicídio poderá ser compatível. Como dito anteriormente, para alguns doutrinadores, a qualificadora do feminicídio é de ordem subjetiva, podendo assim, somente cumular com as qualificadoras de meio e modo.

Assim, de acordo com José Nabuco Filho a qualificadora se enquadra na ordem subjetiva, ou seja, não poderá cumular com as qualificadoras de motivo e finalidade:

[...] matar por razão de sexo feminino não deixa de ser torpe, já que se trata de uma motivação que contrasta com os valores éticos predominantes na sociedade. Poucos motivos poderiam ser mais abjetos que matar porque a vítima é mulher. Contudo, o feminicídio não deixa de ser uma torpeza especial. Motivo torpe é uma qualificadora genérica e o feminicídio é uma qualificadora específica, ou seja, aquela é uma norma geral, esta é especial. Cogitar a possibilidade de que um homicídio tenha a qualificadora do feminicídio e do motivo torpe, seria propor inaceitável bis in idem. [...] o feminicídio possui natureza subjetiva, forçoso reconhecer que é compatível com a qualificadora de meio e modo (art. 121, § 2º, III e IV), mas jamais

poderá coexistir com as demais qualificadoras subjetivas, de motivo e finalidade (art. 121, § 2º, I, II e V). (FILHO, 2017, p. 205).

Desse modo, deve-se analisar se essa atribuição, que alguns doutrinadores apresentam à qualificadora do feminicídio, sendo como de natureza subjetiva, seria a finalidade empregada pelo legislador para sua publicação, posto que, a promulgação do feminicídio estaria exercendo o objetivo como substitutivo das demais qualificadoras de modo e meio. (SANTOS, 2016, p. 18). Ademais, já estaria pacificado nos Tribunais, bem como por parte da doutrina, as qualificadoras do motivo torpe ou fútil, se o motivo do homicídio fosse o “menosprezo ou discriminação à condição de mulher”.

Assim, a lei foi criada com o propósito de conferir maior proteção às mulheres, o que restaria prejudicado se a torpeza substituísse a aplicação do feminicídio. Além disso, ao relacionarem a qualificadora do feminicídio como sendo de ordem subjetiva, seria tornar em vão o esforço do legislador, tornando a alteração na lei desnecessária e com dispositivos inconstitucionais. (SANTOS, 2016, p. 18).

Aliás, recentemente, o Superior Tribunal de Justiça, reformou a decisão proferida pelo Tribunal de Justiça do RS, afirmando a natureza objetiva da qualificadora do feminicídio e a natureza subjetiva do motivo torpe, declarando, assim, a inexistência *de bis in idem* entre as qualificadoras:

PENAL E PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO. DECISÃO DE PRONÚNCIA ALTERADA PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. INCLUSÃO DA QUALIFICADORA DO FEMINICÍDIO. ALEGADO BIS IN IDEM COM O MOTIVO TORPE. AUSENTE. QUALIFICADORAS COM NATUREZAS DIVERSAS. SUBJETIVA E OBJETIVA. POSSIBILIDADE. EXCLUSÃO. COMPETÊNCIA DO TRIBUNAL DO JÚRI. ORDEM DENEGADA. 1. Nos termos do art. 121, § 2º-A, II, do CP, é devida a incidência da qualificadora do feminicídio nos casos em que o delito é praticado contra mulher em situação de violência doméstica e familiar, possuindo, portanto, natureza de ordem objetiva, o que dispensa a análise do animus do agente. Assim, não há se falar em ocorrência de bis in idem no reconhecimento das qualificadoras do motivo torpe e do feminicídio, porquanto, a primeira tem natureza subjetiva e a segunda objetiva. 2. [...]. (HC 433.898/RS, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 24/04/2018, DJe 11/05/2018) (RIO GRANDE DO SUL, 2018).

Logo, a natureza do feminicídio é objetiva, pois, do contrário, afastam-se outras circunstâncias que qualificam o homicídio pelo motivo (torpe ou fútil) e desprestigia-se o esforço legislativo para tornar mais grave a pena do homicídio praticado contra a mulher em razão de sua condição (CUNHA, 2018).

Na mesma esteira tem se orientado a jurisprudência deste Sodalício, extraindo-se do REsp 1.707.113/MG, de Relatoria do Ministro Felix Fischer, publicado no dia 7.12.2017, que:

[...] considerando as circunstâncias subjetivas e objetivas, temos a possibilidade de coexistência entre as qualificadoras do motivo torpe e do feminicídio. Isso porque a natureza do motivo torpe é subjetiva, porquanto de caráter pessoal, enquanto o feminicídio possui natureza objetiva, pois incide nos crimes praticados contra a mulher por razão do seu gênero feminino e/ou sempre que o crime estiver atrelado à violência doméstica e familiar propriamente dita, assim o animus do agente não é objeto de análise. (BRASÍLIA, 2017).

Entendendo ser a qualificadora objetiva, tem-se o seguinte julgado do TJRS, recurso em sentido estrito interposto em face de decisão de pronúncia proferida pelo Juízo da 1ª Vara Criminal da Comarca de Erechim:

RECURSO EM SENTIDO ESTRITO. TENTATIVA DE HOMICÍDIO, IRRESIGNAÇÃO DEFENSIVA. DESCLASSIFICAÇÃO DO DELITO. IMPOSSIBILIDADE. AFASTAMENTO DAS QUALIFICADORAS NÃO CONFIGURADO. (...). O reconhecimento da qualificadora do feminicídio não acarreta bis in idem na imputação conjunta com a causa qualificativa do motivo torpe, sendo perfeitamente possível a incidência simultânea delas, pois diferentes e independentes. E isso se dá porque o feminicídio é uma qualificadora de ordem objetiva vai incidir sempre que o crime estiver atrelado à violência doméstica e familiar propriamente dita, enquanto que a torpeza é de cunho subjetivo, ou seja, continuará adstrita aos motivos (razões) que levaram o indivíduo a praticar o delito. Vencido o Des. Luiz Mello Guimarães que afastava a qualificadora do motivo torpe. POR MAIORIA, NEGARAM PROVIMENTO AO RECURSO. (Recurso em Sentido Estrito Nº 70076807965, Segunda Câmara Criminal, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Rosaura Marques Borba, Julgado em 28/06/2018) (RIO GRANDE DO SUL, 2018).

Assim, se o feminicídio é elencado como sendo de caráter objetiva poderá cumular com as qualificadoras de ordem subjetiva, como motivo torpe ou fútil, promovendo dessa maneira, uma maior punição nos crimes cometidos nesses casos. (SANTOS, 2016, p. 19).

Destarte, como o homicídio doloso é julgado pelo Tribunal do Júri, o Conselho de Sentença, quanto aos quesitos, deverá examinar se está presente no caso concreto a causa de diminuição de pena (agente cometeu o crime impelido por motivo de relevante valor social ou moral, ou sob o domínio de violenta emoção, logo em seguida a injusta provocação da vítima). (STEFANO, 2018). Caso esteja

presente a causa de diminuição, a tese de feminicídio poderá ser apresentada, em razão de ter caráter objetivo.

4.3 Feminicídio e circunstância privilegiadora

O Juiz poderá quesitar o feminicídio caso seja reconhecido o privilégio pelos jurados (ex: domínio de violenta emoção)? Em tal caso, como explanado anteriormente, é sabido que, mostra-se possível a coexistência das circunstâncias privilegiadoras (§ 1º do art. 121), todas de natureza subjetiva, com qualificadoras de natureza objetiva (CUNHA, 2015). No entanto, há controvérsias doutrinárias, formando duas posições sobre o tema.

A primeira posição sustenta a impossibilidade do homicídio privilegiado-qualificado. Segundo Anyssa Ayala Alves dos Santos (2016, *apud*, SILVEIRA, 1959), uma vez que a causa de diminuição de pena não se aplica ao homicídio qualificado. A interpretação geográfica ou topográfica da figura do privilégio não autoriza sua incidência no tocante às qualificadoras, mas somente ao *caput* do artigo 121 do Código Penal. Além disso, aplicando-se, por analogia, o artigo 67 do referido artigo, apreende-se ser o privilégio uma circunstância preponderante sob as qualificadoras, afastando-as.

Assim, consoante Bianchini Gomes (2015), a qualificadora do feminicídio é subjetiva. Sabe-se que é possível coexistência das circunstâncias privilegiadoras, de natureza subjetiva, com qualificadoras de ordem objetiva. Quando se reconhece, no Tribunal do Júri, o privilégio, por exemplo a violenta emoção, fica afastada, automaticamente, a tese do feminicídio. A violência de gênero não é uma forma de execução do crime, e sim, sua razão, seu motivo. Por isso que é subjetiva.

Em contrário, a segunda posição admite a compatibilidade entre o privilégio e as qualificadoras, desde que estas sejam de natureza objetiva. Como leciona José Nabuco Filho (2015):

O entendimento que parece ser o mais acertado é no sentido de que é possível a configuração do homicídio qualificado-privilegiado, desde que a qualificadora seja uma circunstância objetiva, já que as circunstâncias do privilégio são subjetivas. Impossível será um privilégio e uma qualificadora subjetiva, como o motivo fútil. (FILHO, 2015, p. 205).

Nesse sentido, é firme a jurisprudência, inclusive dos Tribunais Superiores. O STF, a propósito, já decidiu:

A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal é firme no sentido da possibilidade de homicídio privilegiado-qualificado, desde que não haja incompatibilidade entre as circunstâncias do caso. Noutro dizer, tratando-se de qualificadora de caráter objetivo (meios e modos de execução do crime), é possível o reconhecimento do privilégio (sempre de natureza subjetiva). (HC 97034, Relator (a): Min. AYRES BRITTO, Primeira Turma, julgado em 06/04/2010, DJe-081 DIVULG 06-05-2010 PUBLIC 07-05-2010 EMENT VOL-02400-02 PP-00418) (BRASÍLIA, 2010).

Nessa perspectiva, sendo o Tribunal do Júri competente para o julgamento de crimes dolosos contra a vida, na ordem de elaboração dos quesitos prevista no artigo 483, do Código de Processo Penal, deve o Juiz Presidente, desde que os jurados tenham votado pela condenação, formular inicialmente quesitos sobre causas de diminuição de pena, alegadas pela defesa e, só após, proceder a votação dos quesitos relacionados às qualificadoras ou causas de aumento da pena. (SANTOS, 2016, p. 20).

Destarte, o privilégio é votado previamente às qualificadoras, assim, se os jurados o reconhecerem o Juiz, obedecendo ao princípio constitucional da soberania dos veredictos, estará proibido de indagar aos jurados acerca de qualificadoras de natureza subjetiva que tenham sido confirmadas na pronúncia. (MASSON, 2013).

Desse modo, o quesito da qualificadora do feminicídio, assim como os das causas de aumento trazidas pelo § 7º do art. 121 do CP deverão ser votados por último, após os quesitos da materialidade, autoria, absolvição e eventual quesito de causa de diminuição de pena alegada pela defesa (artigo 483, CPP). (AMOM, 2015).

Feitas tais considerações iniciais, analise-se a possibilidade de aplicar ao feminicídio a causa de diminuição da pena, prevista no §1º, do artigo 121, Código Penal. Segundo Anyssa Ayala Alves dos Santos (2016), sustenta que:

[...] a coexistência de uma qualificadora com o privilégio, apenas é possível no caso das qualificadoras objetivas, relativas ao meio, ao modo de execução e ao tipo de violência empregado. [...] a qualificadora do feminicídio tem natureza objetiva, pois as “razões da condição de sexo feminino” não constituem o móvel imediato da conduta. Desse modo, seria cabível a figura do feminicídio privilegiado. (SANTOS, 2016, p. 20).

A qualificadora do feminicídio possui natureza objetiva, porque descreve um tipo de violência específico contra a mulher (em razão da condição de sexo

feminino) o que necessitará dos jurados mera avaliação objetiva da presença de uma das hipóteses legais de violência doméstica familiar (artigo 121, §2º-A, I, do CP, c/c artigo 5º, I, II e III, da Lei 11.340/06) ou ainda a presença de menosprezo ou discriminação à condição de mulher (artigo 121, §2º-A, II, do CP). (SANTOS, 2016, p. 20).

Por fim, vale ressaltar que, na hipótese de o homicídio privilegiado (art. 121, § 1º, CP) ser reconhecido pelos jurados, restará prejudicada a votação do quesito da qualificadora subjetiva eventualmente imputada na pronúncia (motivo fútil ou torpe), porém a votação seguirá quanto às qualificadoras objetivas (incisos III, IV e VI do § 2º do art. 121 do CP), inclusive quanto à qualificadora do feminicídio, pois, conforme explicado anteriormente, tal qualificadora é perfeitamente compatível com a incidência do privilégio, quando teríamos um homicídio privilegiado-qualificado. (PIRES, 2015).

Ainda, o Promotor de Justiça Amom Albernaz Pires (2015), refere que:

Entendimento diverso (ou seja, entender que o acolhimento do privilégio é incompatível com a qualificadora do feminicídio, ao fundamento de que esta teria natureza subjetiva) conduziria ao disparate de se estar diante de um caso típico de violência de gênero (ou, noutras palavras, caso típico de feminicídio) e de o quesito do feminicídio sequer chegar a ser votado pelos jurados uma vez acatado o privilégio, em total afronta ao escopo da Lei nº 13.104/2015. (PIRES, 2015).

Sendo assim, é notório que dependendo da corrente adotada pelos julgadores, membros do Ministério Público, bem como por advogados, é possível a obtenção de diferentes resultados no tocante à pena imposta ao acusado, o que acaba por gerar insegurança, sobretudo quando o feminicídio se caracteriza pela incidência do inciso I do artigo 121 do Código Penal. (RODRIGUES, 2018).

Ressalta-se, ainda, que há situações onde a qualificadora objetiva é, de fato, incompatível com a figura do privilégio, todavia, somente as nuances do caso concreto, sempre guiada pelo bom senso, será decisivo. (NUCCI, 1997).

Enfim, como demonstrado acima, se o feminicídio for considerado de ordem objetiva, de acordo com recentes decisões da Jurisprudência, bem como alguns doutrinadores lecionam, poderá cumular com o privilégio do artigo 121 do Código Penal, possibilitando assim, uma maior equidade nos casos de homicídio em razão da condição do sexo feminino.

5 CONCLUSÃO

Sabe-se que um dos problemas mais graves da sociedade contemporânea, é a violência contra a mulher, com um índice alarmante e progressivo, sendo que o Estado, constantemente, busca conter essa brutalidade. Visto isso, um dos primeiros mecanismos de proteção à mulher foi a criação da Lei Maria da Penha, objetivando coibir a violência doméstica e familiar. No entanto, mesmo com a existência de imposições e prevenções, as notícias vinculadas por meios de comunicação são alarmantes.

Assim, para um maior combate à violência de gênero, o legislador elaborou a qualificadora do feminicídio, através da Lei nº 13.104, em 09 de março de 2015. A qualificadora foi elencada no §2º-A do artigo 121 do Código Penal, ocorrendo por razões da condição do sexo feminino, apresentando no seu rol: a) violência doméstica e familiar contra a mulher; e, b) menosprezo ou discriminação à condição de mulher.

Desse modo, o presente trabalho preocupou-se em demonstrar e analisar a verdadeira natureza do feminicídio, uma vez que foi inserida ao ordenamento jurídico penal com o objetivo de agravar a pena de quem mata uma mulher em razão de seu gênero.

Como demonstrado, a natureza jurídica das qualificadoras do artigo 121 do Código Penal, se dividem em subjetiva e objetiva. As de ordem subjetivas são aquelas que dizem respeito aos fins ou motivos pelos quais o agente cometeu o delito. As de natureza objetivas, são remetidas aos modos ou meios utilizados para a prática do crime.

Assim, doutrinadores renomados alegam que o feminicídio é de ordem subjetiva, pois o indivíduo mata em razão da condição do sexo feminino, isto é, pela motivação. Em contrapartida, há doutrinadores que se manifestam de forma antagônica, referindo que a qualificadora é de natureza objetiva, pois diz respeito ao gênero da vítima, não sendo subjetiva, em razão de não estar relacionada com a motivação do homicídio.

Visto isso, o presente estudo buscou trazer o caráter objetivo da qualificadora do feminicídio, dado que, ocorre quando há uma violência específica contra a mulher. Dessa maneira, caso a Defesa, perante o Tribunal do Júri, apresentar a tese

de homicídio privilegiado, e o jurados acolherem esse quesito, poderão considerar, também, a tese do feminicídio.

Ao desenvolver este estudo foram demonstrados os argumentos favoráveis e desfavoráveis à natureza jurídica do feminicídio. Destarte, a natureza objetiva da qualificadora do feminicídio poderá concorrer com as qualificadoras do motivo torpe ou fútil. Além do mais, será capaz de cumular com a circunstância privilegiadora de ordem subjetiva, pois se o feminicídio fosse também de natureza subjetiva, automaticamente, restaria afastado se reconhecido o privilégio.

Em suma, o presente estudo acerca da natureza jurídica da qualificadora do feminicídio, como sendo de natureza objetiva, assegura uma maior proteção à mulher, para assim, resguardar sua dignidade, conferindo-lhe uma maior isonomia nos crimes tão vis e repugnantes.

REFERÊNCIAS

ALVES, Thiago Alex Silva. **A Lei Maria da Penha Completo**. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/65125/a-lei-maria-da-penha-completo>>. Acesso em: 02 jun. 2018.

Agência CNJ de Notícias. **CNJ Serviço: o que são crimes hediondos?** Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/86048-cnj-servico-o-que-sao-crimes-hediondos>>. Acesso em: 07 set. 2018.

ARAGÃO, Soraya Rodrigues de. **Violência contra a mulher: Causas, consequências e serviços de ajuda**. Disponível em: <http://obviousmag.org/transmutacao_psicologica_do_ser_e_alquimia_da_vida/2017/11/violencia-contra-a-mulher-causas-consequencias-e-servicos-de-ajuda.html>. Acesso em: 02 jun. 2018.

ARAUJO, Donato. *et.al.* **Feminicídio: uma nova tipificação penal no ordenamento jurídico brasileiro**. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/40249/feminicidio-uma-nova-tipificacao-penal-no-ordenamento-juridico-brasileiro>>. Acesso em: 26 ago. 2018.

BARROS, Francisco Dirceu. **Estudo Completo do Feminicídio**. Disponível em: <<https://www.impetus.com.br/artigo/876/estudo-completo-do-feminicidio>>. Acesso em: 26 ago. 2018.

BARROS, Francisco Dirceu. **Feminicídio e neocolpovulvoplastia: As implicações legais do conceito de mulher para os fins penais**. Disponível em: <<https://franciscodirceubarros.jusbrasil.com.br/artigos/173139537/feminicidio-e-neocolpovulvoplastia-as-implicacoes-legais-do-conceito-de-mulher-para-os-fins-penais>>. Acesso em: 26 ago. 2018.

BRASIL. **Decreto Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940**. Brasília, DF, 07 dez. 1940. Acesso em: 12 nov. 2017.

BRASIL. **Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm>. Acesso em: 02 jun. 2018.

BRASIL. **Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8072.htm>. Acesso em: 25 ago. 2018.

BRASILIA. **Superior Tribunal de Justiça. REsp 1626739/RS**. Relator Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma. Julgado em 09/05/2017. DJe 01/08/2017.

BRASILIA. **Supremo Tribunal Federal. HC 97034**. Relator: Ministro Ayres Britto, Primeira Turma. Julgado em 06/04/2010. Publicado em 07-05-2010. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/visualizarEmenta.asp?s1=000165131&base=baseAcordaos>>. Acesso em: 07 set. 2018.

Bezerra, Juliana. **Lei Maria da Pena**. Disponível em: <<https://www.todamateria.com.br/lei-maria-da-penha/>>. Acesso em: 02 jun. 2018.

BIANCHINI, Alice; GOMES, Luiz Flávio. **Feminicídio: Entenda as questões controvertidas da Lei 13.104/2015**. Disponível em: <<https://professorlfg.jusbrasil.com.br/artigos/173139525/feminicidio-entenda-as-questoes-controvertidas-da-lei-13104-2015>>. Acesso em: 26 ago. 2018.

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Supressão de Parcela da Prescrição**. Disponível em: <<http://www.cezarbitencourt.adv.br/index.php/artigos/34-homicidio-discriminatorio-por-razoes-de-genero>>. Acesso em: 26 ago. 2018.

BRITO. Ariana Batista de. **Lei do Feminicídio: A construção histórica e social que resultou na criação da lei e as políticas públicas e sociais como ferramentas para sua sedimentação**. Disponível em: <<https://app.uff.br/riuff/bitstream/1/4973/1/Ariana%20Batista%20de%20Brito%20-%20TCC.pdf>>. Acesso em: 26 ago. 2018.

BUSATO. Paulo César. **Homicídio mercenário e causas especiais de diminuição de pena. Um paradoxo dogmático**. Cadernos do Júri, nº 3, 2015, apud ZANELLA, Everton. *et al.* **FEMINICÍDIO: considerações iniciais**. Centro de Apoio Operacional Criminal do Ministério Público do Estado de São Paulo. Disponível em: <http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/cao_criminal/Artigos>. Acesso em: 07 set. 2018.

BURCKHAR, Thiago Burckhart. **A desigualdade de gênero na sociedade brasileira**. Disponível em: <<http://www.cruzeirodovale.com.br/artigos/a-desigualdade-de-genero-na-sociedade-brasileira/>>. Acesso em: 02 jun. 2018.

CUNHA, Rogério Sanches. **Lei do feminicídio**. Disponível em: <<http://rogeriosanches2.jusbrasil.com.br/artigos/172946388/lei-do-feminicidio-brevemente-comentarios>>. Acesso em: 12 nov. 2017.

CUNHA, Rogério Sanches. **STJ: Qualificadora do feminicídio tem natureza objetiva.** Disponível em: <<http://meusitejuridico.com.br/2018/04/05/stj-qualificadora-femicidio-tem-natureza-objetiva/>>. Acesso em: 07 set. 2018.

CUNHA, Rogério Sanche; PINTO, Ronaldo Batista. **Violência doméstica: Lei Maria da Penha comentada artigo por artigo.** 6. ed. São Paulo: RT, 2015, p. 84.

FILHO, William Helal. **Entenda a necessidade de se distinguir feminicídio de homicídio.** <<https://oglobo.globo.com/sociedade/entenda-necessidade-de-se-distinguir-femicidio-de-homicidio-22048885>>. Acesso em: 09 jun. 2018.

FLACSO/OPAS-OMS/SPM. **Mapa da Violência 2015: Homicídio de Mulheres no Brasil.** Disponível em: <<http://www.agenciapatriciagalvao.org.br/dossie/pesquisas/mapa-da-violencia-2015-homicidio-de-mulheres-no-brasil-flacsoopas-omsonu-mulheresspm-2015/>>. Acesso em: 12 nov. 2017.

FIGUEIREDO, Amanda. **Estudo aponta a efetividade da Lei Maria da Penha.** Disponível em: <<https://claudia.abril.com.br/noticias/estudo-aponta-a-efetividade-da-lei-maria-da-penha/>>. Acesso em: 02 jun. 2018.

GALVÃO, Instituto Patrícia. **Dossiê: Violência contras as mulheres.** Disponível em: <<http://www.agenciapatriciagalvao.org.br/dossie/violencias/femicidio/>>. Acesso em: 12 nov. 2017.

GODOY, Daniel Solazzi. **Femicídio - Violência contra a mulher. A Inconstitucionalidade do Simbolismo Penal.** Disponível em: <<https://solazzi.jusbrasil.com.br/artigos/196037189/femicidio-violencia-contra-a-mulher>>. Acesso em: 09 jun. 2018.

GRECO, Rogério. **Curso de Direito Penal - Parte Especial - Vol. II.** 12. ed., Rio de Janeiro, 2015.

HEDIONDO, Dicionário online Priberam da Língua Portuguesa. Disponível em: <<https://www.priberam.pt/dlpo/hediondo>>. Acesso em: 07 set. 2018.

KEHL, Matheus. **O crime de feminicídio no ordenamento jurídico.** Disponível em <<https://kehlzinho.jusbrasil.com.br/artigos/565983548/o-crime-de-femicidio-no-ordenamento-juridico>>. Acesso em: 26 ago. 2018.

LEE, Fábio Luiz. **Feminicídio no Brasil**. Disponível em: <<https://fabiollee.jusbrasil.com.br/artigos/338602236/feminicidio-no-brasil>>. Acesso em: 26 ago. 2018.

MELLO, Adriana Ramos de. **Feminicídio: Uma análise sociojurídica da violência contra a mulher no Brasil**. 1. ed. Rio de Janeiro: LMJ Mundo Jurídico, 2016.

MELO, Lya Maria de Loiola; PORTELA, Isabelle Eugênia Pereira Bandeira; SANTOS, Samira Magalhães Camelo dos. **Lei Maria da Penha e Lei do Feminicídio: um novo olhar para crimes contra a mulher**. Disponível em <<https://jus.com.br/artigos/61997/lei-maria-da-penha-e-lei-do-feminicidio-um-novo-olhar-para-crimes-contra-a-mulher>>. Acesso em: 02 jun. 2018.

NABUCO, José Filho. **Feminicídio**. Disponível em: <<http://www.usjt.br/revistadireito/numero-3/12-jose-nabuco-galvao-barros-filho.pdf>>. Acesso em: 12 nov. 2017.

NOAL, Raffaella Melo. **Feminicídio: Tipificação Bem-Vinda Ou Figura Penal Desnecessária?** Uri Erechim, Rio Grande do Sul, 2017.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Código Penal Comentado**. Editora Forense, 16ª edição, 2016.

PAGAN, Manuela. **Lei do feminicídio: entenda o que é e o que muda para a mulher**. Disponível em: <<https://www.vix.com/pt/bdm/comportamento/lei-do-feminicidio-entenda-o-que-e-e-o-que-muda-para-a-mulher>>. Acesso em: 12 nov. 2017.

PANTALEÃO, Leonardo. **Misoginia: feminicídio ou femicídio?** Disponível em: <<https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/misoginia-feminicidio-ou-femicidio/>>. Acesso em: 02 jun. 2018.

PEREIRA, Daisymar S, PEREIRA, Elizângela S. **Feminicídio - Lei nº 13.104, de 9 de março de 2015**. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/62399/feminicidio-lei-n-13-104-de-9-de-marco-de-2015>>. Acesso em: 02 jun. 2018.

PINHEIRO, Nixonn Freitas. **Na Criminologia, a confusão entre Feminicídio e Homicídio Qualificado**. Disponível em:

<<https://www.portalaz.com.br/blog/opiniao/398354/na-criminologia-a-confusao-entre-feminicidio-e-homicidio-qualificado>>. Acesso em: 09 jun. 2018.

PIRES, Amon Albernaz. **A natureza objetiva da qualificadora do feminicídio e sua quesitação no Tribunal do Júri**. Disponível em:

<<http://www.compromissoeatitude.org.br/a-natureza-objetiva-da-qualificadora-do-feminicidio-e-sua-quesitacao-no-tribunal-do-juri-por-amom-albernaz-pires/>>. Acesso em: 12 nov. 2017.

ROCHA, Cármen Lúcia Antunes. **O Princípio Constitucional da Igualdade**. Belo Horizonte: Editora Lê, 1990, p. 39 e 41.

RODRIGUES, Edmar J. **Feminicídio: conteúdo e natureza da qualificadora**. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/50922>>. Acesso em: 17 set. 2018.

SANTOS, Anyssa Ayala Alves dos. **A natureza jurídica da qualificadora do feminicídio**. 2016. Universidade Estadual do Paraíba, Campina Grande, 2016.

Disponível em:

<<http://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/bitstream/123456789/12686/1/PDF%20-%20Anyssa%20Ayala%20Alves%20dos%20Santos.pdf>>. Acesso em: 07 set. 2018.

SHAKTI. **O que é Feminicídio ou femicídio**. Disponível em:

<<http://sagradofeminino.saberes.org.br/saberes-ancestrais-femininos-sabedoria-espiritualidade-psicologia-saude-danca-feminina/o-que-e-o-feminicidio-ou-femicidio/>>. Acesso em: 02 jun. 2018.

SILVA, Debora. **O que é a Lei do Feminicídio e qual a sua importância**.

Disponível em: <<https://www.estudopratico.com.br/o-que-e-a-lei-do-feminicidio-e-qual-a-sua-importancia/>>. Acesso em: 09 jun. 2018.

SILVEIRA, Euclides Custódio da. **Direito Penal. Crimes contra a pessoa**. São Paulo: Max Limonad, 1959. p.72.

UOL. **O que são crimes hediondos?** Disponível em:

<<http://direito.folha.uol.com.br/blog/o-que-so-crimes-hediondos>> Acesso em: 07 set. 2018.